

## Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO 1 E CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, 2 ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA. No dia 24 (vinte e quatro) do mês de 3 Março do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na 4 Sala de Reuniões da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes 5 conselheiros que assinarão a Ata a seguir: Gilberto Neves - Conselheiro Titular, Presidente 6 7 do Conselho, representante da Secretaria Municipal de Cultura; Laise Lagoa Ribeiro -8 Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; Júlio 9 Cézar Pereira Alvim - Conselheiro Titular, representante da Associação dos Engenheiros e 10 Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); Denise Elias Attux -Conselheira Suplente, 11 representante da Secretaria Municipal de Cultura; Marília Maria Brasileiro Teixeira do 12 Vale - Conselheira Titular, representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Maria Regina Ribeiro Gonçalves - Conselheira Titular, representante da Secretaria 13 Municipal de Cultura; Olga Helena da Costa - Conselheira Titular, representante da 14 Comunidade; Janaína Garzoni Messias - Conselheira Titular, representante da Procuradoria 15 Geral do Município; Daniel Gervásio Bernardes - Conselheiro Titular, representante do 16 17 Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes -18 Conselheira Titular, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Antônio Ricardo 19 Souza - Conselheiro Titular, representante da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do 20 Brasil (OAB); Adriana Cristina Resende de Oliveira – Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Aparecido Vanni - Conselheiro Titular, 21 22 representante da Comunidade. Assinaram também a lista de presença os convidados Eduardo 23 Borges e Maurício Lacerda, permissionários do Mercado Municipal, Conna Raphaell, 24 locatário Palacete Naghettine e Lindalva estudante da UFU. As conselheiras Eliane de Fátima 25 Luciene Alves da Silva representantes da Secretaria Municipal de 26 Desenvolvimento Econômico e Turismo justificaram suas ausências. Verificando haver 27 quórum regimental e com a presença de 13 (treze) conselheiros, entre titulares de suplentes, 28 esta reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida 29 recebida pelos Conselheiros com antecedência de 24 horas via email, foi iniciada. A 30 conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes deu boas vindas e solicitou permissão para iniciar a reunião pelo 3º ponto de pauta para atender aos interessados da comunidade que 31 32 estavam presentes. A pauta da reunião tem os seguintes pontos: 1º: Informes; 2º: Leitura e



34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

## Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

aprovação de atas; 3º: Deliberação sobre intervenção interna realizada em Box do Mercado Municipal; 4º: Deliberação sobre solicitação de instalação de publicidade Palacete Naghettine; 5°: Deliberação sobre alteração na Lei nº 10.662 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural do município; 6°: Apreciação sobre entorno da Igreja do Rosário - Anjo Congadeiro; 7º: Deliberação sobre solicitação de Tombamento da Capela da Saudade; 8º Aprovação Calendário anual; 9º: Aprovação Relatório do ano de 2014. O Conselho aprovou a solicitação de inverter a pauta e a reunião foi iniciada no 3º ponto. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes informou ao Conselho que no dia 11/03/2015 foi procurada pelo senhor Eduardo que locou o box 1 no Mercado Municipal e solicitava autorização para executar uma reforma. As conselheiras Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes e Denise Elias Attux marcaram uma visita ao Mercado para melhor entenderem as solicitações apresentadas. A visita foi realizada e o permissionário foi orientado por elas de que não poderia colocar ladrilho hidráulico nas paredes, conforme o projeto, porque poderia estragar o revestimento padrão interno dos boxes que é feito de pastilha jatobá, branca 5x5. Solicitamos que o locatário pesquisasse algum outro revestimento para substituir o ladrilho hidráulico. O permissionário não nos procurou mais e depois de alguns dias constamos que ele estava retirando parte das pastilhas internas que revestem as paredes do box. Nesta ocasião, conversamos novamente com ele e deixamos claro que ele não poderia iniciar o projeto sem aprovação e ficamos de orientá-lo de como ele deveria proceder. Assim sendo, ele pediu para participar da reunião do Conselho para apresentar os seus motivos e solicitar que o seu projeto possa ser executado. Em seguida, a palavra foi dada aos permissionários Eduardo e Maurício que alegaram não saber, na assinatura do contrato, que o COMPHAC teria que aprovar o projeto; que o tempo para reformar o box é pequeno; que a intenção é somente terminar a obra para abrir o comércio, que o prédio é tombado somente a fachada e volumetria e que, portanto, não consideram terem cometido nenhuma irregularidade. Os permissionários trouxeram projeto de interior e deixaram para análise dos conselheiros. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes leu para eles o item 2.4.1 do contrato assinado, no qual informa que o COMPHAC deverá ser consultado antes de qualquer intervenção e reafirmou que eles foram informados verbalmente que não poderiam realizar alterações sem autorização. Os permissionários fizeram a proposta de, no final do contrato, entregarem o box da forma como pegaram, ou seja, com as pastilhas recolocadas e sugeriram ainda fazerem a compra antecipada e entregarem para a Secretaria de Cultura, e



66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

## Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

solicitaram que o Conselho dê uma resposta o mais rápido pois, eles precisam terminar a obra e abrir o comércio. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes afirmou a eles que o COMPHAC deliberará nesta reunião e que no dia seguinte seriam comunicados da decisão. Passamos ao 4º ponto de pauta para a participação de outra pessoa da comunidade. O senhor Conna Raphaell, locatário do Palacete Naghettine, informou que recebeu visita das conselheiras, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes e Denise Elias Attux que lhe informaram que a sua publicidade estava em desacordo com a Resolução 001, de 13 de outubro de 2014, que estabelece as normas para veiculação de publicidade em imóveis tombados. Conna apresentou as suas considerações com relação à publicidade colocada na fachada da edificação e considera que atendeu à Resolução. Informou ainda que está trabalhando para viabilizar um projeto que chama Viva Naghettine. De acordo com o senhor Connan, este projeto promoverá a arte urbana pois, ele convidará artistas de vários segmentos da pintura para que, uma vez por ano, realizem pinturas utilizando a parede que fica na lateral esquerdo do lote, voltada para dentro do estacionamento. A conselheira Laise Lagoa Ribeiro pediu a palavra e orientou o locatário do Palacete Naghettine, senhor Conna Raphaell, que o projeto de publicidade prevê a ART e que ele deverá procurar a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos para dar entrada em seu projeto de veiculação de publicidade, pois, não é permitida a colocação de publicidade sem a autorização daquela Secretaria. Ele foi informado de que, após protocolar o projeto de publicidade na Prefeitura, a Secretaria de Serviços Urbanos enviará o projeto para o COMPHAC para apreciação. Com relação ao projeto Viva Naghettine, o COMPHAC considerou que a parede pode ser utilizada para a realização de atividades artísticas pois, não será feito na arquitetura tombada e nem interferirá no bem. Após as orientações os convidados se retiraram para o COMPHAC debater a interferência realizada no box do Mercado pelo senhor Eduardo. O conselheiro Antônio Ricardo Souza pediu a palavra e afirmou que, como os locatários do Mercado alegaram não terem recebido esclarecimentos na hora da assinatura do contrato, deverá ser feito um adendo de que eles deverão, no final do contrato, entregar o box da forma como pegou, ou seja, com as pastilhas recolocadas. A conselheira Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale considera que o permissionário do Mercado tem razão porque o tombamento do prédio é somente fachada e volumetria e questiona sobre os motivos de se preservar as pastilhas do interior dos boxes. A conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes afirmou que, desde a reforma e restauração do prédio no ano de 2007 as pastilhas brancas foram colocadas em meia parede



98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

### Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

no interior dos boxes pois, são de boa qualidade, não interferem na decoração, sendo um elemento que propicia a preservação do interior do box e reconhece que a locatária antiga danificou as pastilhas quando perfurou para a colocação de prateleiras e entende que é necessário uma vistoria quando acabar o contrato dos locatários, da mesma forma como é feito em qualquer imobiliária. O conselheiro Antônio Ricardo Souza considera que o contrato de locação deverá então ser ampliado para assegurar que não haverá outras intervenções e deverá constar no contrato as penalidades caso elas ocorram. A conselheira Denise Attux afirmou que nós estamos abrindo um precedente com relação aos demais permissionários pois, outros vão entender que podem fazer alterações sem autorização, o que foi reafirmado pela conselheira Janaína Garzoni Messias. O conselheiro Daniel Gervásio Bernardes entende que os permissionários deveriam ter sido melhor orientados e sugere formar uma comissão para avaliar o projeto deles e acredita que eles não estão lesando o patrimônio visto que a parte interna dos boxes não faz parte do tombamento. A conselheira Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale acredita que não há necessidade de formar uma comissão, pois, a decoração do interior não compete ao COMPHAC deliberar. O presidente Gilberto Neves pediu a palavra e ponderou que existem 3 (três) questões a serem consideradas. A primeira é que existe um fato concreto que foi o descumprimento do contrato quando realizaram as alterações sem autorização, outra questão é considerar se esta intervenção comprometeu ou desfigurou o patrimônio histórico e a outra é considerar se as pastilhas podem ser recolocadas. Com relação ao descumprimento do contrato deveremos pensar se haverá penalidade e considera que, ou o locatário recoloca as pastilhas ao final do contrato, ou faz medida compensatória agora. A conselheira Janaína Garzoni Messias entende que deverá ser feito um Termo de Ajuste de Conduta que possibilite a compensação reconhecendo o descumprimento. O conselheiro Júlio Cézar Pereira Alvim considerou que se em todos os boxes existem as pastilhas brancas revestindo metade da parede, que o permissionário deverá deixar visível em algum lugar essa característica como identificação do interior do box. A conselheira Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale questionou sobre o projeto de publicidade e a conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes disse que ele foi informado verbalmente que o projeto deverá ser aprovado mas, sugere que esta informação esteja no TAC a ser elaborado para que depois não haja dúvidas quando a isso. A conselheira Olga Helena da Costa questiona se os locatários deveriam ser acompanhados por algum membro do COMPHAC na compra das pastilhas e a conselheira Valéria Maria



130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

## Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

Queiroz Cavalcante Lopes responde que, se o interior do box não é tombado então é só informá-los a marca das pastilhas para que eles comprem com a mesma qualidade. Ficou deliberado ao final dos debates que os locatários do box 1 do Mercado Municipal assinarão um Termo de Ajuste de Conduta com a Secretaria Municipal de Cultural, no qual eles deverão comprar as pastilhas jatobá, brancas, 5x5 para serem recolocadas ao final do contrato no interior do box e, como medida compensatória, deverão fazer o depósito na conta do Fundo do Patrimônio no valor referente a um mês de aluguel e que deverão também apresentar ao COMPHAC os projetos hidráulicos, elétricos e de publicidade da obra. Passamos então ao 5º ponto da pauta para análise da Lei nº 10.662 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural em Uberlândia. A lei prevê, no parágrafo 6°, do Artigo 5°, que é obrigatória a renovação de 50% dos membros a cada mandato. O Conselho aprovou a retirada ou revogação do parágrafo 6°, do Artigo 5° considerando que a composição do Conselho é alterada sempre que as Instituições representadas solicitam renovação no nome de seus representantes; que o decreto de nomeação é alterado várias vezes no mesmo mandato em atendimento às solicitações enviadas pelos membros e/ou Instituições representadas; que os membros não são remunerados e, entretanto, necessitam ter conhecimentos amplos e diversos sobre preservação de patrimônio; que o Estatuto do Conselho assegura a inclusão de novas instituições e/ou organizações mediante solicitação encaminhada e aprovada pela maioria dos membros e que deverá haver a coincidência nos mandatos de 2 anos. Será encaminhada justificativa ao setor jurídico da Secretaria Municipal de Cultura solicitando que seja encaminhada à Procuradoria solicitação de alteração na Lei. Passamos ao 6º ponto de pauta com a apresentação da solicitação do artista Alexandre França, que tem uma obra denominada Anjo Congadeiro no entorno imediato da Igreja do Rosário na praça Rui Barbosa. Nos últimos anos a obra foi danificada e o artista pretende refazê-la e recolocá-la em um pilar com a base medindo 2.30mts (altura), 0,50cms (largura) e 0.50cms (comprimento), dessa forma, o Anjo ficará fora do alcance de possíveis ações de depredação. O Conselho aprovou a alteração. O Presidente Gilberto Neves acredita que o problema é educativo e considera que nos dias da Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, por existir um acúmulo muito grande de pessoas, a obra fica perdida em meio aos festeiros. A proposta de um local mais alto é interessante e entende que o projeto deverá ser mostrado para a Irmandade para que haja também uma conscientização dos festeiros. Acredita que a obra deve ficar de forma que não prejudique o espaço e que seja valorizada e finaliza



162

163

164

165

166

167

168169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

#### Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

afirmando que é importante conversar com a Irmandade e encontrar formas para valorizar a obra do artista. Em seguida passou-se ao 7º ponto de pauta que considerou o encaminhamento do Exmo Senhor Fábio Guedes de Paula Machado, Promotor de Justiça de Uberlândia, no qual solicita que o COMPHAC se manifeste sobre o tombamento da Capela da Saudade, localizada na zona rural do Município. As conselheiras Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes e Denise Elias Attux fizeram uma visita ao local e produziram uma documentação fotográfica para apreciação do Conselho, pois, não sabiam se todos os conselheiros conheciam o local. A documentação fotográfica foi apresentada, juntamente com a Ficha de Inventário elaborada no ano de 2004, na qual os responsáveis indicaram como forma de proteção legal a Documentação Histórica. Na solicitação enviada ao COMPHAC não foi anexado nenhum documento histórico ou fotográfico que pudesse esclarecer dúvidas do Conselho sobre a importância da referida Capela e nem o que motivou o pedido. A documentação fotográfica também não foi suficiente para dirimir as duvidas. Como o Conselho não tinha embasamento histórico para sustentar a deliberação, solicitaram à Secretaria de Cultura que fosse elaborado um Dossiê de tombamento ou registro que pudesse respaldar as suas decisões. Assim, por unanimidade, o Conselho deliberou que a decisão sobre a abertura de processo de tombamento deverá ser feita após ter em mãos, para estudo, o Dossiê que deverá indicar os valores imateriais do bem, seus usos e a importância social da Capela da Saudade. Esse dossiê vai mostrar, inclusive, se algum destes bens imateriais merecem registro, conforme a metodologia específica do IEPHA. A recomendação será feita à Secretaria Municipal de Cultura e o assunto votará a ser ponto de pauta em futuras reuniões. Passamos ao 8º ponto de pauta para avaliação e deliberação sobre o Calendário Anual de nossas reuniões. O Calendário foi aprovado, será assinado por todos e encaminhado por e-mail para os conselheiros. Tendo em vista o adiantado da hora, o 1º, 2º e 9º pontos de pauta desta reunião ficarão para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, que redigiu e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, 24 (vinte e quatro) de março de 2015 (dois mil e quinze). Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes, Gilberto Neves Laise Lagoa Ribeiro Júlio Cézar Pereira Alvim



# Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia

193	Denise Elias Attux
194	Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale
195	Maria Regina Ribeiro Gonçalves
196	Olga Helena da Costa
197	Janaína Garzoni Messias
198	Daniel Gervásio Bernardes
199	Antônio Ricardo Souza
200	Adriana Cristina Resende de Oliveira
201	Aparecido Vanni